Data: 12/06/2017

Ao Centro de Informação sobre Empresa e Direitos Humanos

Resposta da Portucel Moçambique

Nota Introdutória

A Portucel Moçambique considera essencial o diálogo constante, o acordo e o bem-estar entre a empresa e as comunidades residentes nas áreas de Direito de Uso e Aproveitamento de Terra (DUAT) do projecto.

Para assegurar que as boas relações existem e são permanentes, foi desenvolvido um Mecanismo de Gestão de Reclamações que, através de vários instrumentos, cria, gere, reforça e monitoriza as relações das comunidades e famílias com o projecto. O mecanismo é extensivo a todas as partes interessadas do projecto.

Para gerir a relação com as comunidades residentes na sua zona de DUAT em que o empresa implementa o seu projecto florestal, e garantir que estes têm contacto quase permanente com os responsáveis pelo projecto, a Portucel Moçambique tem equipas dedicadas à comunicação com as comunidades que aliam o conhecimento local às melhores práticas internacionais.

Paralelamente, a Portucel Moçambique concebeu um Plano de Comunicação Social como forma de consolidar o diálogo e a partilha de informação constante e actualizada com as comunidades, parceiros e todas as partes interessadas.

Ao longo da implementação do seu projecto florestal, a empresa compromete-se a realizar investimentos sociais, beneficiando famílias e comunidades residentes dentro das parcelas de DUAT abrangidas pelo projecto nas províncias de Manica e Zambézia.

Para o desenvolvimento de processos, procedimentos e formação das equipas, a Portucel Moçambique contou com o apoio técnico do Advisory Services do International Finance Corporation (IFC), membro do Banco Mundial para o sector privado. O apoio possibilitou à empresa aprimorar os processos e procedimentos de acordo com os princípios e critérios internacionais, quer nos aspectos sociais, quer ambientais.

Para mais informações sobre a Portucel Moçambique por favor acesse o site através do link providenciado abaixo.

<http://www.portucelmocambique.com/Comunidade/Gestao-da-Relacao-com-as-Comunidades>

1. “[ADECRU Lança Documentário – ″ Um Hectare, Uma Chapa de Zinco](https://adecru.wordpress.com/2017/04/11/adecru-lanca-documentario-%e2%80%b3-um-hectare-uma-chapa-de-zinco-%e2%80%b6/)”, Acção Académica para o Desenvolvimento das Comunidades Rurais (ADECRU), 11 de abril de 2017

* A Portucel Moçambique teve conhecimento do documentário em 2016 através das redes sociais.
* Em Fevereiro 2017 a ADECRU contactou a Portucel Moçambique a solicitar uma entrevista, tendo a empresa manifestado disponibilidade para responder a um questionário.
* A ADECRU concordou em enviar um questionário, tendo consultado sobre o tempo que a empresa levaria na resposta.
* A Portucel Moçambique não chegou a receber o questionário.
* O documentário foi relançado em Abril de 2017.
* No âmbito do seu Mecanismo de Gestão de Relações e Envolvimento de Partes Interessadas, a empresa iniciou um processo visando:

1. recolher informação junto das comunidades e testemunhas visadas no documentário;
2. registar as suas reclamações; e,
3. dar o devido tratamento (verificação, validação e resolução).

* Os resultados do referido processo serão apresentados ao Comité Consultivo da Portucel Moçambique[[1]](#endnote-1), ADECRU, Governo, comunidades, famílias e outras entidades relevantes.
* Com base nos dados recolhidos pela Portucel Moçambique até ao momento, os resultados preliminares indicam que:

1. uma das testemunhas não cedeu terra, não trabalhou para a empresa e ninguém da sua família o fez. Quando solicitada a apresentar evidências, afirmou não conhecer ninguém que tenha ficado sem casa, machambas e pastos de gado devido ao projecto florestal da Portucel Moçambique;
2. várias outras pessoas foram filmadas pela ADECRU mas não expuseram opiniões ou factos contra o projecto e não foram incluídas no documentário;
3. líderes comunitários manifestaram um posicionamento a favor do projecto e não foram incluídos no documentário;
4. todas as testemunhas afirmaram terem sido instruídas pela ADECRU sobre o que dizer no documentário;
5. 4 (quatro) das testemunhas do vídeo são beneficiárias do programa de apoio agrícola da Portucel Moçambique, informação omitida no documentário;
6. a ADECRU entrevistou pessoas de várias comunidades em que a empresa implementa o seu projecto florestal que afirmaram ter cedido terra à empresa por livre vontade e que não têm reclamações sobre o projecto, contudo nenhuma aparece no documentário;
7. o documentário da ADECRU apresenta várias imprecisões, o que indicia falta de rigor e cuidado na análise do projecto. A título de exemplo, afirma-se que a empresa conta com um financiamento do Banco Mundial através do IFC na ordem de 2,3 mil milhões de dólares americanos (USD) e que recebeu autorização do governo de Moçambique para plantar eucalipto e pinheiro.

A informação correcta é que a Portucel Moçambique tem autorização do governo de Moçambique para implementar um projecto integrado, com investimento previsto na ordem de 2,3 mil milhões de USD, tendo como accionista o IFC, entidade do Banco Mundial para o sector privado. As plantações da Portucel Moçambique são de eucalipto e não de pinheiro.

1. “[Um Hectare, Uma Chapa de Zinco](https://www.youtube.com/watch?v=25hQ-9hdFas)”, Acção Académica para o Desenvolvimento das Comunidades Rurais (ADECRU), 11 de abril de 2017

Resposta da Portucel Moçambique na secção anterior.

1. [Portucel: O Processo de acesso à Terra e os direitos das comunidades locais](http://wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim-do-wrm/recomendado/portucel-o-processo-de-acesso-a-terra-e-os-direitos-das-comunidades-locais-2/)”, no Boletim 230, 10 de maio de 2017

            (Disponível em inglês [aqui](http://wrm.org.uy/articles-from-the-wrm-bulletin/recommended/portucel-the-process-of-acquiring-access-to-land-and-the-rights-of-local-communities-in-mozambique/))

Resposta da Portucel Moçambique na secção 5.

1. “[Parem as plantações em Moçambique!](http://wrm.org.uy/pt/acoes-e-campanhas/parem-as-plantacoes-em-mocambique/)”, World Rainforest Movement, 15 de setembro de 2016

        (Disponível em inglês [aqui](http://wrm.org.uy/actions-and-campaigns/stop-plantations-expansion-in-mozambique/))

Resposta da Portucel Moçambique na secção 5.

1. “[Portucel - O Processo de acesso à Terra e os direitos das comunidades locais](http://wrm.org.uy/wp-content/uploads/2017/04/Portucel_O_Processo_de_acesso_%C3%A0_Terra_e_os_direitos_das_comunidades_locais.pdf)”, Justiça Ambiental (JA!), Setembro de 2016

            (Disponível em inglês [aqui](http://wrm.org.uy/wp-content/uploads/2017/04/Portucel_The_process_of_access_to_Land_and_the_Rights_of_Local_Communities.pdf))

* A Portucel Moçambique foi convidada para o lançamento do estudo da Justiça Ambiental (JA) em Setembro 2016, e nessa oportunidade agradeceu o trabalho desenvolvido, assumiu o compromisso de analisar as informações e testemunhos reportados e de apresentar o seu posicionamento em momento oportuno.
* Em face das alegações apresentadas, a empresa no âmbito do Mecanismo de Gestão de Relações e Envolvimento de Partes Interessadas, procurou validar as reclamações apresentadas contactando directamente a comunidade, famílias visadas e lideranças comunitárias.
* Dessas diligências a empresa partilhou os seguintes resultados com a Justiça Ambiental, governo local, comunidades e famílias:

1. a Portucel Moçambique não destruiu culturas e não trabalhou nas terras das famílias sem o consentimento das mesmas. Nos casos em que, à data, a terra ainda tinha culturas instaladas foi acordado um período de espera de modo a garantir a colheita;
2. das 67 famílias que foi possível identificar pela empresa que reclamavam perda de culturas, apenas 48 tinham cedido terra;
3. Destas 48 famílias que cederam terra, 23 famílias já eram beneficiárias do programa agrícola da empresa desde 2015. As restantes 25 famílias foram desde logo incluídas como beneficiárias, apesar de 15 famílias não terem o respectivo acordo de acesso à terra regularizado – algumas famílias afirmaram que a empresa já lhes havia entregue os acordos, mas que os mesmos foram destruídos (p.ex.: pelos ratos);
4. do universo apresentado pela JA, foram identificadas 19 (dezanove) famílias que nunca cederam terra à empresa, admitindo-se poderem existir outras famílias que possam ter apresentado alguma reclamação à JA mas que ainda não foi possível localizar;
5. quanto aos 7 (sete) testemunhos registados em vídeo, foi possível localizar 5 (cinco) dos respectivos autores, tendo sido possível encerrar satisfatoriamente 4 (quatro) reclamações, encontrando-se uma ainda em análise.

Foi ainda informado à JA que, como forma de melhorar os seus processos, a empresa decidiu empreender as seguintes acções:

* Rever os materiais de comunicação e de acesso a terra, com destaque para as mensagens sobre o emprego e benefícios sociais;
* Com base no material revisto, formar as equipas de campo;
* Promover a redução do tempo de resposta nos processos de resolução de reclamações;
* Realizar reuniões de povoado paralelamente às dos Comités Consultivos Comunitários de modo a garantir maior abrangência de participantes.

A Portucel Moçambique agradeceu a Justiça Ambiental pelos contributos providenciados através do seu estudo, por serem muito importantes para a melhoria de processos e procedimentos de um Projecto Florestal em constante aprendizagem e evolução.

1. “[Plantações Florestais da Portucel ameaçam a segurança alimentar nas comunidades do distrito de Namaroi, na Zambézia](http://www.adecru.org.mz/index.php/pt/slider1/50-plantacoes-florestais-da-portucel-ameacam-a-seguranca-alimentar-nas-comunidades-do-distrito-de-namaroi-na-zambezia)”, Acção Académica Para o Desenvolvimento das Comunidades Rurais – ADECRU, 20 de fevereiro de 2017

A Portucel Moçambique está trabalhar junto das comunidades e famílias do distrito de Namarrói de modo a recolher as reclamações para devido tratamento. Os resultados das diligências serão apresentados ao Comité Consultivo, ADECRU, governo local, comunidades, famílias e outros stakeholders relevantes.

1. Entidade criada por organizações da sociedade civil com o objectivo de aconselhar a Portucel Moçambique nos domínios ambiental, social, desenvolvimento social, direitos culturais e equidade do género. O Comité Consultivo é composto por representantes da sociedade civil, Governo e Portucel Moçambique. [↑](#endnote-ref-1)